

VASCO GONÇALVES *

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS,
PROJECTOS POLÍTICOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL
E FORÇAS ARMADAS

A versão inicial do presente artigo foi elaborada tendo em vista a minha participação no colóquio «Portugal 1974-1984» promovido em Dezembro último em Coimbra pela *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

Dessa versão foi extraída a intervenção feita no mesmo colóquio, na mesa redonda «As Forças Armadas e os Projectos Políticos do 25 de Abril».

Não é, evidentemente, possível, dentro dos limites de um artigo, fazer uma análise laboriosa e exaustiva da Revolução do 25 de Abril. É minha intenção referir, apenas, aqueles que, em minha opinião, são os principais traços característicos do processo democrático-revolucionário que temos vivido e que vivemos, hoje.

Contudo essa referência procurará não ser superficial mas, ao contrário, captar a essência dos fenómenos.

A distância, no tempo, contribui para a análise objectiva, mas não se pode nem se deve esquecer as condições objectivas e subjectivas, que estiveram presentes nos momentos passados, em que se desenrolaram as acções e se verificaram os fenómenos que desejamos estudar, analisar e compreender, e influenciaram a sua essência, ou seja, as causas do seu aparecimento e desenvolvimento.

Devemos procurar ter presente que, coexistindo as condições principais com as secundárias, estas últimas, numa dada situação, podem parecer à consciência social dos homens, por

* General.

diversas razões, incluindo a sua própria consciência social anterior, podem parecer, dizíamos, como principais em vez de secundárias e vice-versa.

Esquecendo (deliberadamente ou não) ou não tendo apreendido as condições que existiam no momento passado, não se pode analisar objectivamente a situação.

Não podemos confundir as linhas de fundo da história, a grande história com a pequena história, o que não significa que não devam ter presente e dar atenção ao papel da personalidade na história.

A revolução de 25 de Abril de 1974 e o processo de transformações estruturais que se desenvolveu na sua sequência são um dos momentos mais altos de toda a nossa história pátria. Ficarão para os portugueses como ficaram a Revolução de 1383-85 e a Revolução Liberal de 1820.

E porquê?

Porque os grandes movimentos da história estão ligados às mudanças das relações sociais, às mudanças das relações de propriedade. Eles atingem os interesses mais profundos das diversas classes e camadas sociais, atingem as bases do próprio Estado.

Nas vésperas do 25 de Abril as condições objectivas da vida do nosso país determinavam aos portugueses as tarefas que era necessário resolver para a sua libertação e para a realização do progresso económico-social, político, cultural:

- derrube da ditadura fascista-colonialista;
- fim da guerra colonial por meio de uma correcta solução política;
- instauração de um regime democrático;
- liquidação do poder dos monopólios e latifúndios;
- transformação democrática das estruturas sócio-económicas.

Quando as condições objectivas estão criadas, as condições subjectivas passam a ser decisivas, ou seja:

- a compreensão pelos homens da sua situação concreta e do que há a fazer para a superação das suas dificuldades e ulterior desenvolvimento da sociedade;
- o grau de consciência social; as acções conscientes; a organização e a vontade dos homens, das classes, dos partidos que lutam pela realização de determinados objectivos ou contra essa mesma realização;
- os próprios resultados da actividade dos homens, seja consciente, seja, pelo contrário, inconsciente, espontânea, são

condições objectivas para o subsequente desenvolvimento da sociedade.

AS CONDIÇÕES SUBJECTIVAS E OS MILITARES

- O amadurecimento da consciência política com a experiência da guerra colonial e da verificação directa, «in loco», da exploração colonial;
- a impossibilidade real de vencer a guerra;
- a incomodidade da guerra;
- a compreensão da justeza do combate que os povos colonizados nos moviam;
- a defesa da dignidade das Forças Armadas; desejo de evitar a sua derrocada, cuja perspectiva cada vez mais se desenhava em consequência da política do governo fascista, e de as Forças Armadas não serem arrastadas na queda do regime, como «bode expiatório»;
- a influência da contestação e da luta contra a guerra colonial nos meios universitários e estudantis;
- a influência de numerosos oficiais e sargentos milicianos na consciencialização política dos militares do Quadro Permanente;
- o silenciamento da guerra colonial por parte do governo que procurava fazê-la aceitar, como rotina, à nossa juventude, aos nossos militares, ao nosso povo, foram factores positivos de consciencialização.

Mas, simultaneamente, havia factores negativos:

- a formação sócio-cultural dos militares do Quadro Permanente; a sua psicologia, como que uma segunda natureza adquirida depois da entrada para as escolas militares, ou de assentar praça;
- a educação política recebida nas escolas militares;
- o binómio Pátria-Ultramar e o temor da independência das colónias e da sua perda;
- o afastamento dos militares das questões políticas;
- as reservas quanto à acção reivindicativa e revolucionária das massas populares;
- o desejo de «não deixar cair o poder na rua».

É neste quadro que surge a questão da escala de promoções dos oficiais oriundos da Academia Militar e dos oficiais milicianos que, após terem tomado parte na guerra colonial, frequentaram também a Academia Militar. É esta questão a origem próxima do Movimento dos Capitães, na continuidade

de afloramentos anteriores de contestação da alta hierarquia militar e do governo por parte dos mesmos capitães e outros jovens oficiais.

Verifica-se, depois, uma crescente politização dos jovens capitães ao longo do desenvolvimento do seu movimento que os leva a tomar consciência de que deve ser derrubado o fascismo-colonialismo, posto fim, por meios políticos, à guerra colonial e instaurado um regime democrático.

O livro do general Spínola «Portugal e o Futuro» no qual um general do activo critica o governo e afirma que a guerra colonial não tem solução militar dá um grande estímulo à adesão ao movimento dos capitães por parte de militares mais hesitantes.

* *

O Movimento das Forças Armadas era formado por um conjunto de jovens militares cujas opções políticas constituíam um vasto leque. Era um movimento unitário.

Os objectivos políticos do Movimento das Forças Armadas foram expostos no seu Programa, ampla plataforma de compromissos na linha das aspirações do Movimento democrático anti-fascista:

- solução política da guerra colonial, permitindo a livre expressão da vontade dos povos colonizados;
- instauração de um regime democrático de acordo com a vontade popular, expressa através de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

Mas no Programa já havia referência a uma política anti-monopolista e à melhoria da qualidade de vida dos portugueses, e em particular, das classes mais desfavorecidas.

Como plataforma larga de compromisso o Programa veio a permitir leituras diversas entre diversas correntes políticas à medida que se foi agudizando a luta de classes depois do 25 de Abril.

O projecto político do Movimento das Forças Armadas era, pois, o seu Programa.

O Movimento das Forças Armadas, legítima expressão dos valores mais sãos das Forças Armadas, assumiu-se como seu representante.

Não pretendia criar umas Forças Armadas revolucionárias, mas, derrubado o fascismo-colonialismo, reformar, moralizar, prestigiar as existentes, por meio do afastamento da mais alta hierarquia comprometida com o fascismo, pela dissolução do corpo do Estado Maior do Exército, como corpo de oficiais

elitista e privilegiado dentro do Exército e pela promoção de uma hierarquia de elevada ética militar e competência.

É esta atitude que explica que os jovens oficiais tenham escolhido uma junta de generais, como seus representantes, à frente das Forças Armadas, e que não se tenham promovido a si próprios.

Fizeram-no por formação militar, disciplina, respeito pelo conceito de hierarquia, por desejo de ver à frente das Forças Armadas os mais prestigiados, competentes e experientes (naturalmente, mais velhos); fizeram-no, também por formação sócio-cultural, por deficiente consciência política, por falta de audácia política.

Contudo, na Marinha, escolheram um capitão de mar e guerra e um capitão de fragata para a Junta e, na Força Aérea, um coronel na reserva.

A leitura do texto da proclamação da Junta de Salvação Nacional e dos considerandos iniciais do Programa do Movimento das Forças Armadas é muito esclarecedora acerca das ideias e das características políticas, se assim se pode dizer, do Movimento das Forças Armadas.

A ideia central era pôr fim à guerra colonial. Daí decorria a necessidade de derrubar o regime fascista-colonialista, substituindo-o por um regime democrático por meio de uma acção que deveria processar-se, por assim dizer, linearmente, de acordo com o Programa, sem grandes convulsões internas que afectassem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação.

Significativos são:

- o tratamento de «Sua Excelência» dado a Tomaz e Caetano nos comunicados do Movimento do dia 25 de Abril;
- o Movimento das Forças Armadas falar, nos seus comunicados do 25 de Abril, em nome das Forças Armadas como um todo;
- o Movimento ter pedido à população obediência à Polícia de Segurança Pública logo que esta polícia se rendeu.

Significativo, ainda, das características do MFA, considerado globalmente, é o que se passou com o alojamento, na própria noite do 25 para o 26 de Abril, de forças militares que haviam derrubado, havia poucas horas o governo fascista.

O major Diniz de Almeida, então capitão, relata, no seu livro «Ascensão, Apogeu e Queda do MFA», 1.º volume, as peripécias que viveu até poder alojar os seus homens no Regimento de Artilharia Ligeira Um.

Como foi possível que tivessem andado, na verdade, a bater às portas dos quartéis do RAL 1 e da Academia Militar, na Amadora, e nestas unidades lhe tivesse sido recusado o

alojamento das tropas vitoriosas, e o capitão Diniz de Almeida não tivesse, imediatamente, forçado os portões e prendido quem lhe fazia tal obstrução?

É evidente que não foi por falta de forças ou de coragem. As causas foram subjectivas, da nossa atitude política para com os camaradas das Forças Armadas, ao assumirmos o MFA como expressão de todas as Forças Armadas.

Há, ainda, a considerar duas decisões previamente tomadas pelo MFA e constantes do seu Programa:

- o não cessar-fogo imediato, unilateral, das tropas portuguesas nas colónias, após o momento do derrube do governo fascista na Metrópole;
- o contraditório procedimento previsto em relação à PIDE/DGS: extinção na Metrópole, e conversão em Polícia de Informação Militar nos teatros da guerra.

Estas decisões foram características das contradições internas do MFA, a nível objectivo e subjectivo, e tiveram graves consequências pelas contradições internas e externas que geraram, as quais contribuíram para a desmoralização das nossas tropas quer no Ultramar, quer na Metrópole e consequente agitação nos quartéis, contestação da hierarquia militar e do MFA, e contribuíram também para a agitação e movimentação dos esquerdistas, da direita e da reacção.

Pelo próprio carácter da posição assumida pelo MFA em relação às Forças Armadas, desde logo se verificaram fortes contradições entre o MFA e o que restava da hierarquia anterior das Forças Armadas (salvo raras excepções) que, por oportunismo e razões de sobrevivência, não se opôs de maneira frontal ao MFA e, sobretudo, ao seu Programa.

Procedendo assim, mantiveram posições importantes no aparelho militar, das quais vieram a desenvolver um trabalho divisionista e contra-revolucionário dentro das Forças Armadas.

* *

O governo fascista foi derrubado pelo Movimento das Forças Armadas. Mas logo no dia 25 se verificou um autêntico levantamento popular e nacional, tendo à frente a classe operária, os trabalhadores e estratos da pequena burguesia urbana.

Marcelo Caetano estava cercado no quartel da Guarda Nacional Republicana, no Carmo, em Lisboa, não só por forças militares mas também por populares que enchiam o largo do Carmo, enquanto, no Rossio, uma imensa multidão vitoriava

as FA, subia para cima das autometralhadoras e dos carros de combate, abraçava os soldados.

E, de tal modo que, do quartel do Carmo, olhando o Rossio e julgando que as espingardas estavam na mão da «arraia miúda», um oficial da GNR foi transmitir esta ideia a Marcelo Caetano, apressando a sua decisão de rendição, para que «o poder não caísse na rua».

Foi este levantamento popular e a acção decisiva que, após o 25 de Abril, a classe operária, as massas trabalhadoras e suas organizações, tiveram no desmantelamento do fascismo, na conquista das liberdades e na instauração da situação democrática que deu, desde logo, apoio e força à Comissão Coordenadora e aos sectores democráticos e de esquerda do MFA para imporem uma correlação de forças a seu favor, no MFA e nas Forças Armadas, o que teve uma importância determinante, ao longo do processo, para serem realizadas as profundas transformações sócio-económicas, políticas e culturais consagradas na Constituição da República de 1976.

Esta foi a aliança Povo-MFA.

Os acontecimentos e os desenvolvimentos do processo revolucionário em Portugal e nas Colónias ultrapassaram os esquemas lineares previstos no Programa do Movimento das Forças Armadas.

* *

As correntes democráticas e anti-fascistas tinham ideias e interesses diferentes àcerca da política a fazer e da democracia a construir depois de derrubado o fascismo-colonialismo.

Para a burguesia liberal devia seguir-se uma mudança de regime político, sem alteração das classes detentoras do poder.

Para os socialistas de direita, os sociais-democratas, os reformistas, para sectores da pequena e média burguesia, o poder devia passar a ser exercido por uma aliança de estratos da pequena burguesia e média burguesia com os grupos monopolistas (o secretário-geral do Partido Socialista e actual Primeiro Ministro, afirmou, na TV, em 1982, que não pretendia, após o 25 de Abril, a destruição dos grupos monopolistas mas, sim, o seu condicionamento). Os trabalhadores deveriam aceitar um «pacto de progresso» (ver, hoje, passados dez anos, o conselho de «concertação social» criado pelo governo do Partido Socialista e do Partido Social Democrata). Para estes sectores não haveria mais que liberalizar ou remodelar o aparelho de Estado.

Para outros sectores da pequena burguesia, para os sectores mais esclarecidos e combativos da classe operária e dos trabalhadores, para os socialistas de esquerda, para os comunistas e para sectores católicos progressistas deveria ser destruído o poder dos monopólios e latifúndios, com as consequentes alterações nas relações de propriedade, como condição necessária para a instauração de uma verdadeira democracia política, económica e social.

Ao longo do processo revolucionário, os sectores de esquerda do MFA foram verificando que era este o caminho a seguir (aliás, estava dentro das linhas de fundo do Programa do MFA), e nele se empenharam.

Estas ideias e interesses diferentes sobre o significado do derrubamento do fascismo e sobre a democracia a construir no nosso país têm dominado toda a acção que, depois do 25 de Abril, tem sido desenvolvida pelas diversas forças políticas e pelos militares.

Apesar das diferenças de fundo atrás apontadas que impediram a constituição formal de uma frente de unidade democrática e popular e de progresso, as forças revolucionárias, civis e militares, foram capazes de realizar profundas transformações sócio-económicas e políticas, de acordo com as necessidades objectivas de progresso e desenvolvimento da sociedade portuguesa, como a experiência de dez anos o tem mostrado.

A acção convergente, a interacção e a interinfluência da classe operária e das massas trabalhadoras e populares e do MFA foi o motor das conquistas democráticas alcançadas.

Nestas circunstâncias foi possível, até à saída dos socialistas do IV Governo Provisório, em Julho de 1975, e embora com muitas dificuldades, uma certa convergência de acção entre o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Partido Popular Democrático, o Movimento Democrático Português e o MFA nos governos provisórios de coligação.

Esta convergência foi devida, sobretudo, à acção do MFA quer a nível do Conselho dos Vinte, quer a nível do governo, quer a nível do Conselho da Revolução e à acção do movimento popular e democrático, isto é, à aliança Povo-MFA.

* *

As conquistas de Abril conduziram à instituição de um quadro político, económico e social que ultrapassa, largamente, os limites de uma democracia burguesa, parlamentar, do tipo que existe nos países capitalistas, mesmo naqueles em que há

maior democracia política e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Foi aberta uma perspectiva de desenvolvimento não capitalista, a caminho do socialismo.

Julgo poder afirmar-se que Portugal foi, até hoje, o único país em que:

- sem a tomada do poder pela classe operária e os trabalhadores;
- com uma participação tão restrita dos trabalhadores e seus representantes nos órgãos do poder;
- sem uma estratégia de união de esquerda entre os Partidos Socialista e Comunista (como em 1981, em França, por exemplo),

se alcançaram transformações estruturais tão profundas.

Este fenómeno só pode ser explicado, para além das condições objectivas existentes na sociedade portuguesa, pela convergência de acção e cooperação do movimento popular e do MFA, e pela intervenção directa dos sectores do MFA que se identificavam, profundamente, com os interesses dos trabalhadores e do povo, e que por esses interesses lutaram.

A capacidade de intervenção desses militares resultava:

- das próprias posições que ocupavam nos órgãos do poder político-militar, nas assembleias dos Ramos do MFA (Exército, Marinha e Força Aérea) e do MFA, nos comandos militares, nas unidades, etc.;
- das necessidades reais de desenvolvimento do país que se impunham à sua própria consciência social;
- e, ainda, do apoio que recebiam dos sectores mais esclarecidos e dinâmicos da classe operária, dos trabalhadores e de outros sectores democráticos.

A consideração destes factos é indispensável para a compreensão do processo político em Portugal.

A DESCOLONIZAÇÃO

A descolonização, um dos objectivos fundamentais do Programa do MFA, desenvolveu-se num complexo quadro de condicionamentos internos e externos.

Foi o MFA que, da parte portuguesa, chamou a si próprio a responsabilidade da condução, no essencial, desse processo.

Não obstante o que se passou na fase final da descolonização de Angola e no respeitante à descolonização de Timor conseguimos, pela nossa parte, imprimir à descolonização um carácter anti-imperialista, não neo-colonialista, de libertação dos

povos colonizados, o que teve um significado transcendente por três razões:

- permitiu que os povos das antigas colónias tomassem em suas mãos os seus próprios destinos;
- enfraqueceu as posições do imperialismo em África e no mundo;
- enfraqueceu, decisivamente, a grande burguesia portuguesa e seus grupos monopolistas que tinham, na exploração dos povos colonizados, uma das suas mais importantes fontes de riqueza, efectiva e potencial.

Os militares, pela sua experiência da guerra colonial, conheciam, melhor do que ninguém entre nós, as condições de luta dos movimentos de libertação, as razões pelas quais estes combatiam, os condicionamentos da Paz e as relações de força entre Portugal e os movimentos de libertação e ainda as resultantes do próprio derrubamento do fascismo.

Assim, entre os dirigentes democráticos e de esquerda do MFA que trabalharam mais directamente na descolonização, bem como entre grande parte dos militares do MFA, nos diversos momentos da resolução desse processo, não houve as reservas, os preconceitos de classe, os preconceitos anti-comunistas, as preocupações, as inibições provocadas pelas previsíveis reacções do imperialismo que se verificaram no decorrer do processo de democratização em Portugal.

Essa atitude contribuiu, decisivamente, para que a nossa descolonização fosse descomprometida com o neo-colonialismo e o imperialismo.

O processo da descolonização não se desenvolveu do modo esquematizado no Programa do MFA, esquema que resultara, aliás, de um compromisso obtido em anterior e longa discussão entre o MFA e o general Spínola.

A nossa experiência directa pós 25 de Abril e a tentativa de levar à prática o esquema previsto logo demonstraram que as ideias iniciais expostas no Programa à cerca da via pacífica para a descolonização não estavam de acordo com a realidade, com as aspirações dos movimentos de libertação, e com as verdadeiras relações de força existentes entre Portugal e aqueles movimentos e, ainda, com os reflexos político-militares do próprio 25 de Abril.

Nestas condições os militares que dirigiram o processo da descolonização, por parte do MFA, souberam em diversos momentos críticos, quer provocados por condições internas, quer provocados pela própria luta dos movimentos de libertação, adaptar a sua acção aos diversos e complexos condicionamentos

internos e externos e fazer a descolonização possível, mantendo uma firmeza de princípios que lhes permitiu imprimir à descolonização as características atrás apontadas.

* *

Depois do 25 de Abril e até à exoneração do V Governo Provisório pode afirmar-se que Portugal praticou uma política de independência nacional, sem deixar de ter em conta, ao mesmo tempo, os diversos condicionamentos da sua situação no contexto internacional e da política internacional.

Atestam-no o carácter da descolonização que fizemos, a abertura de relações com os países do Terceiro Mundo, países árabes e países socialistas.

Atestam-no as dificuldades financeiras e económicas que tivemos com os países da CEE e da EFTA e com os EUA; os boicotes das transnacionais, as dificuldades e marginalização no seio da NATO, etc.

* *

As forças revolucionárias foram capazes de realizar profundas transformações democráticas nas estruturas sócio-económicas e políticas.

Mas não foram capazes, não tiveram força para construir um Estado que correspondesse às profundas alterações estruturais alcançadas. Este facto favoreceu as forças conservadoras e a reacção instaladas no aparelho de Estado anteriormente ao 25 de Abril para organizarem a resistência, se recomporem e depois passarem à ofensiva.

Não houve um poder revolucionário mas revolucionários no poder.

A revolução foi uma revolução relativamente indefesa, quer no domínio político, quer no económico, quer no diplomático, quer no militar, quer no da contra-informação.

No seio dos órgãos do poder político-militar coexistiram elementos progressistas, conservadores e até reaccionários.

Esta falta de unidade revolucionária conduziu à multiplicação dos órgãos do poder político-militar e dos centros de decisão. Todas estas circunstâncias influenciaram o curso do processo. A nossa experiência mostrou, mais uma vez, que o problema fundamental de uma revolução é o problema do poder do Estado.

* *

O Documento dos Nove, a liquidação da 5.^a Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, a queda do V Governo Provisório, as Assembleias e o pronunciamento de Tancos, com as consequentes alterações na composição do Conselho da Revolução e saneamentos à esquerda nas Forças Armadas, o VI Governo Provisório e a armadilha-golpe do 25 de Novembro, com a imediata repressão sobre os militares de esquerda, foram a expressão, a nível do poder político-militar, de uma viragem na correlação de forças políticas e sociais, civis e militares, favorável à aliança de poder da média burguesia e estratos da pequena burguesia com o grande capital (e o que restava dos monopólios e latifúndios) a que nos referimos atrás, a propósito das diversas correntes de opinião e de interesses entre os sectores democráticos anti-fascistas. Esta modificação da correlação de forças está ligada à falta de condições subjectivas internas para garantir as conquistas alcançadas, mas não pode deixar de se ter presente a poderosa contribuição que, para o estabelecimento da nova correlação de forças, deram a social-democracia, a democracia cristã internacionais e o imperialismo (ver, como exemplo, o artigo de Rainer Eisfeld, «25 de Abril e Política Externa» publicado no n.º 11. Maio de 1983, da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra).

Em minha opinião a falta de condições subjectivas de-veu-se:

- às características próprias e às divisões no MFA;
- à orientação de direita do Partido Socialista que, no entanto, se apresentava como socialista reformista, e à sua aliança, numa perspectiva liberal-capitalista, com o Partido Popular Democrático, com a direita e com a reacção;
- ao não entendimento mínimo entre os Partidos Socialista e Comunista;
- à divergência entre o processo eleitoral e o processo revolucionário;
- à perturbação causada entre sectores do MFA e da sociedade portuguesa pelas consequências da descolonização;
- à permanência da ideologia burguesa entre sectores significativos das classes trabalhadoras;
- ao diferente grau de amadurecimento da consciência social das diversas classes e camadas sociais;
- ao atraso da consciência social em relação à compreensão do significado das conquistas que estavam sendo alcançadas;
- à composição qualitativa e quantitativa da sociedade portuguesa;

- à situação anti-democrática existente em grande parte do país;
- à permanência da influência do caciquismo local e de sectores reaccionários do clero, sobretudo no Centro e Norte do Continente e nas Ilhas Adjacentes;
- à acção negativa do radicalismo pequeno-burguês;
- ao apoio dado à contra-revolução pela social democracia internacional, pela democracia liberal e pela democracia cristã internacionais, pelo imperialismo, etc.

Dito isto:

À medida que o processo revolucionário se desenvolveu e aprofundou, à medida que a correlação de forças ia favorecendo as classes trabalhadoras, aqueles que não desejavam mudanças estruturais de fundo, que tinham um projecto de democracia burguesa e de conciliação de classes numa perspectiva de desenvolvimento capitalista, foram endurecendo as suas posições em relação ao movimento operário e popular.

Certos representantes e estratos da burguesia que tinham combatido o fascismo ao lado dos trabalhadores e que tinham estado com eles até uma avançada fase do processo, aliaram-se às forças da social democracia identificada com a direita, à reacção, ao imperialismo para impedirem que o processo revolucionário se consolidasse e avançasse. Essa gente entrou em pânico porque, como raramente acontecera desde a Fundação de Portugal, as massas trabalhadoras estavam forjando activamente a sua própria história e a história de Portugal, em cooperação com os sectores mais consequentes do MFA.

Desta vez a prática mostrava que as massas populares não caminhavam a reboque da burguesia, mas, ao contrário, eram portadoras de um projecto actuante de transformação concreta da sociedade.

Com efeito, embora houvesse nessa luta muitos factores de espontaneidade de que o processo revolucionário veio a sofrer as consequências, ela era, basicamente, uma luta consciente, de acordo com os esquemas unitários, abertos, esboçados pelo movimento de oposição democrática anti-fascista, designadamente, através do Programa da Comissão Democrática Eleitoral, de 1969, das conclusões do III Congresso Democrático de Aveiro, do programa da CDE para as eleições fascistas de 1973, etc.

Pode afirmar-se que todas as grandes transformações operadas nas estruturas da sociedade portuguesa e, em particular, no domínio das relações de propriedade estavam contidas na orientação geral definida pela oposição democrática desde 1969.

O próprio Programa do MFA estava de acordo com essa orientação geral.

Hoje, passados nove anos da política de restauração capitalista, percebe-se bem porque é que o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático saíram do IV Governo Provisório, em Julho de 1975, quebrando desse modo a unidade do movimento popular e a unidade com o MFA: na verdade, não desejavam constituir o tão falado bloco social de apoio à revolução.

Vimos a encontrar, assim, nas primeiras linhas da contra-revolução homens que foram anti-fascistas, que estiveram presentes em Aveiro, que subscreveram o programa da oposição democrática.

Quando chegou a hora da verdade, de passar das palavras aos actos, revelaram o seu medo das massas populares e das transformações estruturais, das transformações das relações de propriedade que, aliás, só afectavam os principais meios de produção e solos.

* *

No âmbito do MFA duas questões contribuíram de modo decisivo para a divisão dos militares de esquerda.

Foram elas, as diferentes opiniões acerca do papel das diferentes classes e camadas sociais na condução do processo revolucionário em cooperação com o MFA e, indissolivelmente ligada a esta questão, aquela que ficou conhecida como a dos modelos de sociedade, a qual esteve subjacente a todo o processo, embora com importância desigual, mas tendo, por vezes, um papel conjuntural muito importante.

O processo do 25 de Abril foi e é um processo, essencialmente, dinâmico.

Assim, passado um ano sobre o 25 de Abril de 74, isto é, em meados de 1975, não poderiam, em minha opinião, os militares do MFA estar agarrados à ideia segundo a qual, não tendo o acto, em si mesmo, do derrubamento do governo fascista resultado de uma insurreição armada popular, da classe operária e dos trabalhadores, o papel destes na condução do processo revolucionário deveria ser limitado, pois não haviam, por si próprios, conquistado o poder.

E, por estas razões haveria lugar, logicamente, para a pequena e a média burguesia em união com o MFA conduzirem o processo de transformações profundas das estruturas da nossa sociedade.

A verdade é que, logo que foi desencadeado o golpe militar do 25 de Abril de 1974, e não estando a situação, até certa hora desse dia, totalmente decidida, houve imediatamente um verdadeiro levantamento popular, em apoio ao Movimento das Forças Armadas.

A acção da classe operária, dos trabalhadores e de estratos da pequena burguesia urbana à frente do movimento popular foi decisiva para o estabelecimento de uma correlação de forças global favorável à acção do Movimento das Forças Armadas e da sua Comissão Coordenadora do Programa, o que impediu que o derrubamento do governo fascista tivesse tido consequências sociais de muito menor dimensão do que as que teve.

As lutas pelo poder, logo subsequentes ao 25 de Abril (o general Spínola tinha um projecto de poder pessoal, de carácter monopolista e neo-colonialista) e que se desenvolveram no seio do MFA, entre a Comissão Coordenadora e certos elementos da Junta de Salvação Nacional (generais Spínola, Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques e Neto) e seus apoiantes, foram fortemente influenciadas pela ascensão do movimento popular. Posteriormente, a acção do movimento popular foi de grande relevo na instauração da situação democrática, no 28 de Setembro, no 11 de Março, nas conquistas democráticas depois do 11 de Março em convergência, em aliança (não orgânica) com o MFA.

Por isso, em meu entender, era errada, e tinha um carácter de classe, a opinião de elementos da esquerda do MFA, que vieram, depois, a constituir, no essencial, o grupo dos «moderados», segundo a qual não cabia à classe operária, aos trabalhadores e suas organizações um papel de primeiro plano, de participação na direcção, aliados a outras forças, na condução do processo de profundas transformações em curso na nossa sociedade.

Ora, em minha opinião, no processo de transformações da sociedade portuguesa, no sentido da abertura de uma via de desenvolvimento não capitalista, a caminho do socialismo, os trabalhadores e suas organizações não poderiam ser reduzidos a segundo plano, a reboque ou hegemonzados pela pequena e média burguesia.

Uma ampla frente que incluísse o MFA e representantes das organizações da classe operária e dos trabalhadores, da pequena burguesia e mesmo de sectores da média burguesia deveria conduzir o processo, sem posições hegemónicas relativas, isto é, numa frente de todas as classes e camadas sociais objectivamente anti-monopolistas e anti-latifundistas e empenhadas no exercício da soberania e na defesa da independência nacionais.

A experiência de 10 anos tem-nos mostrado que só com uma aliança desse tipo é possível defender e consolidar o Portugal de Abril e fazê-lo caminhar na senda do progresso, da soberania e da independência nacionais.

Uma outra questão, directamente ligada à anterior e que foi também origem de cisões de fundo dentro da esquerda do MFA, foi a de que, em meados de 1975, corríamos o risco de o processo em curso ser hegemónico pelo Partido Comunista, o qual deveria ser afastado da área do poder.

Naturalmente, no decorrer do processo originado com a Revolução do 25 de Abril e pela participação que nele tinham, ia crescendo a importância relativa, o peso político social das classes trabalhadoras e suas organizações sociais e políticas. Mas o Partido Comunista não estava à beira de hegemónico o processo.

Ao contrário do que sectores democráticos afirmavam no Verão de 1975, o Partido Comunista, embora fosse o partido político mais dinamizador do movimento popular e que maior influência exercesse no movimento operário, não dominava ou estava em vias de dominar o aparelho de Estado, a comunicação social, as Forças Armadas, etc.

Nenhuma corrente política estava em condições de, por si só, hegemónico a situação, o processo.

E a experiência posterior, até hoje, assim o confirma.

Por outro lado, o MFA tinha um papel decisivo na correlação global de forças.

Os militares, colocados nos órgãos do poder político-militar, conheciam bem os mecanismos de tomada de decisões.

Todas as conquistas alcançadas passaram, embora fortemente influenciadas pelo movimento popular, pela aprovação do Conselho da Revolução. Na realidade, em minha opinião, a questão que se colocava ao MFA não era essa. Era a mesma que se colocava a sectores democráticos da pequena e média burguesia. A questão era a de querer ou não querer prosseguir na via que o povo e o MFA estavam abrindo, com a liquidação dos monopólios e latifúndios: a via de desenvolvimento não capitalista, de transição para o socialismo.

Mas não era só a questão de querer, era, também, a de compreender quais eram as alianças necessárias para consolidar o regime democrático e as conquistas alcançadas, aproveitando todas as potencialidades de desenvolvimento económico-social de que o Estado e o povo passavam a dispor.

Subjacente à questão que vimos tratando estava a dos modelos de sociedade a construir, pois a este modelo não era indiferente o papel que tivessem na condução do processo as

diferentes classes e camadas sociais, cada uma, inevitavelmente, portadora dos seus próprios interesses de classe.

Como vimos atrás as diferentes correntes de opinião (e de interesses) anti-fascistas tinham ideias diferentes sobre a democracia a construir em Portugal, uma vez derrubado o fascismo.

Essas ideias reflectiam-se no próprio seio do MFA, originando diferenças que se agudizavam à medida que o processo de transformação se ia aprofundando. O abandono do IV Governo Provisório, em Julho de 1975, pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular Democrático interrompeu um processo de conversações que mal se iniciara entre o MFA, os partidos políticos representados no governo e o próprio governo àcerca de uma política de austeridade, uma estratégia de desenvolvimento e um modelo económico a adoptar e a pôr em prática, tendo por base as transformações das estruturas sócio-económicas até aí alcançadas e as necessidades do nosso desenvolvimento.

Avolumaram-se as contradições no seio do MFA.

A corrente dos «moderados» de esquerda do MFA que preconizava a hegemonização do processo pela pequena burguesia e sectores da média burguesia em cooperação com o MFA, e temia a ascensão das classes trabalhadoras e seus órgãos representativos, bem como a sua actuação e seus objectivos autónomos em relação à burguesia, tornou-se maioritária dentro das Forças Armadas (com colagens, convergências e alianças com elementos da direita, conservadores e até com elementos reaccionários).

Estavam assim reunidas as principais condições subjectivas para a modificação da correlação de forças no sentido favorável às correntes anti-fascistas que, após o 25 de Abril, preconizavam que o poder deveria ser exercido por uma aliança da média burguesia e sectores da pequena burguesia com o grande capital e os grupos monopolistas, embora muitos dos «moderados» não tivessem consciência desta situação.

* *

Apesar da mudança da correlação global de forças, no Verão de 1975, foi possível aprovar e promulgar a Constituição da República de 1976, que consagra as conquistas democráticas alcançadas até à exoneração do V Governo Provisório.

Em minha opinião este facto explica-se pelas seguintes razões:

- a dinâmica revolucionária que se vinha desenvolvendo e que influenciou largamente a acção dos deputados constituintes;
- a existência de uma maioria de deputados socialistas e comunistas na Assembleia Constituinte;
- a acção dos deputados da ala esquerda do Partido Socialista na fase final dos trabalhos da Assembleia;
- a acção dos militares do Grupo dos Nove que, apesar das divisões havidas no MFA, tiveram ainda força para obrigar os partidos políticos à negociação do 2.º pacto MFA-Partidos;
- a acção do Presidente da República que, no mesmo dia da aprovação da nova Constituição, se deslocou à Assembleia para a promulgar, frustrando, assim, as manobras das forças políticas que já se opunham à sua promulgação.

* *

O regime democrático-constitucional ultrapassou largamente os limites da democracia política burguesa, o que contrariou o projecto de compromisso de classe que estava na mente dos dirigentes de direita do Partido Socialista e de outros dirigentes da pequena e da média burguesia, civis e militares.

Com efeito, a partir de Abril de 1976, passou a ser objectivo prioritário para a direcção da direita do Partido Socialista e para os partidos de direita e da reacção o ataque à Constituição, ao regime democrático e às conquistas da revolução para fazer recuar o nosso regime para os limites políticos e estruturais da democracia parlamentar burguesa existente nos países capitalistas da Europa Ocidental.

Este ataque tem implicado uma política de restauração das relações de propriedade favoráveis ao grande capital, aos antigos monopolistas, ao capital monopolista, ao latifúndio, à penetração do capital estrangeiro.

Este ataque tem implicado uma autêntica política de «terra queimada» contra as nacionalizações, a reforma agrária, contra as próprias bases do sistema produtivo.

Tem implicado uma ofensiva continuada contra os direitos, liberdades e garantias constitucionais dos cidadãos e uma política do facto consumado.

Neste ataque se insere a aprovação, em 1982, pelos deputados do PSD, PS e CDS, da Lei de Revisão Constitucional, da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e da Lei do Tribunal Constitucional, com as quais, segundo as palavras da direcção do PS, se procurou «redefinir» e «clarificar» o regime democrático.

E como a burguesia portuguesa, por si só, não tem força para impor ao país a política restauracionista, tem procurado e obtido o apoio da grande burguesia internacional e do imperialismo (apoio que, aliás, já tinha antes do 25 de Abril) com a consequente, e cada dia mais grave, deliberada subordinação política, económica, financeira, militar, diplomática e cultural do nosso país a interesses estrangeiros.

A Constituição, o regime, as liberdades, as conquistas de Abril têm sido defendidos com tenacidade pelos trabalhadores e suas organizações, pelos democratas, pelos patriotas. Contudo, passados dez anos sobre o 25 de Abril o regime democrático está seriamente ameaçado.

* *

Não têm sido os interesses da pequena e da média burguesia que têm sido restaurados, nem tão pouco esses estratos da burguesia desempenharam um papel hegemónico depois do 25 de Novembro de 1975.

As relações de propriedade que têm sido restauradas ou que estão em vias de o ser, em consequência da ofensiva contra-revolucionária dos sucessivos governos constitucionais, são as respeitantes aos interesses dos antigos monopolistas e latifundiários e do grande capital e à penetração e domínio do capital estrangeiro, pois as relações de propriedade que interessam directamente à pequena e à média burguesia não foram tocadas pela Revolução de Abril.

Os monopólios e latifúndios, o poder económico e político do grande capital ressurgem entre nós pelas mãos dos seus aliados da pequena e da média burguesias, pela mão dos «socialistas» e dos sociais-democratas, identificados com os interesses da direita e da reacção, numa palavra, pela mão dos que temeram em 1975 o ascenso das classes trabalhadoras na sociedade portuguesa. E, hoje, os senhores do tempo do fascismo têm os seus representantes directos no governo.

* *

Assim, contrariamente ao que certos dirigentes e sectores, civis e militares, pretendiam, não foram a pequena burguesia e estratos da média burguesia, aliados ao MFA (ou melhor, ao que dele restava), que hegemonizaram o processo após o 25 de Novembro, porquanto, dada a própria lógica do capitalismo, os

apoios recebidos, quer no plano interno quer no plano externo, e as alianças que haviam sido feitas, aquele processo veio a ser controlado pelos interesses do grande capital nacional e internacional, como está à vista de todos nós.

* *

Do ponto de vista dos interesses do nosso povo, as alianças que têm sustentado a política de desastre nacional de finais de 1975 para cá foram alianças erradas. Esta é uma grande lição a tirar para o futuro.

Os preconceitos, as reservas, as suspeitas, as desconfianças, os medos de estratos da pequena burguesia e da média burguesia em relação à classe operária, aos trabalhadores e às suas organizações e os objectivos de hegemonia política daquelas camadas da burguesia conduziram a alianças erradas de que estamos sofrendo as consequências.

* *

Na época actual, na sociedade portuguesa, a pequena e a média burguesia não estão em condições de hegemonizar processos de desenvolvimento, nem de hegemonizar situações.

Hoje o capitalismo não é o da pequena ou da média burguesia.

Também uma via de desenvolvimento não capitalista ou de transição para o socialismo não pode, por elas, ser hegemonizada, até porque estas camadas sociais não serão capazes de iniciar essa via.

Não se pode desenvolver Portugal, não se pode progredir subalternizando a classe operária, os trabalhadores e as suas organizações. A nossa experiência o mostra.

A nossa experiência o mostra.

Mas, então, à pequena burguesia e a estratos da média burguesia portuguesas já não restará hoje um papel a desempenhar para o progresso e a libertação do nosso povo?

Resta, sim, e um importante papel, uma importante missão. Mas em aliança com a classe operária, os trabalhadores e as suas organizações sociais e políticas.

As tarefas que, hoje, as condições objectivas da nossa sociedade colocam ao povo português (quer ele tenha ou não consciência delas), para a defesa do regime, para a resolução da grave crise política, económica, social e cultural para que fomos

arrastados, para a defesa da integridade, soberania e independência nacionais exigem que seja construída essa aliança, para que possa ser encontrada uma alternativa de unidade nacional, *para a realização do projecto patriótico que a Constituição, na continuidade do Programa do MFA, encerra.*

* *

Mas à aliança da classe operária e dos trabalhadores com a pequena burguesia e estratos da média burguesia e respectivas organizações não são indiferentes a posição e o papel político das Forças Armadas.

Não há poder político sem Forças Armadas e, por assim o ser, as F. A.s são um elemento constituinte relevante do sistema político real.

Do mesmo passo, as F. A.s participam da correlação de forças políticas e sociais, civis e militares que se estabelece, na sociedade, em cada momento.

As constituições burguesas de democracia parlamentar escondem esta realidade.

Mas, nem por isso, o general De Gaulle em Maio de 1968 deixou de ir à Alemanha Federal, conversar com o general Massu, comandante das tropas francesas estacionadas naquele país e as de maior operacionalidade, ou os blindados franceses deixaram, nessa conjuntura, de fazer uma demonstração de força, movimentando-se nos arredores de Paris.

Nas constituições burguesas não é explicitado, de modo transparente, o papel político e as missões das F. A.s, ao contrário do que se verificava com a nossa Constituição de 1976 antes da Lei da Revisão Constitucional de 1982.

De resto todos nós sabemos e temos a experiência de tal facto, isto é, que a posição política das Forças Armadas é, por vezes, determinante, decisiva para a resultante da correlação global de forças que define o poder político.

Aparecendo claramente no texto constitucional as Forças Armadas como elemento constituinte do poder político e sendo nesse texto estabelecidas as vias e meios legais da expressão dessa participação, bem como definidas as suas missões, podem desse modo ser institucionalizados com transparência a natureza e o carácter dessa participação.

As Forças Armadas estarão, então, institucionalmente subordinadas a um poder político de que elas próprias são parte constituinte, a um poder político real que resulta do funcionamento, da articulação, da interrelação simultâneos de vários

organismos de poder como sejam o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo, os Tribunais, a Administração Central, a Administração Local (poder local), as próprias Forças Armadas.

Não estando claramente definidos na Constituição as regras e os limites da intervenção política das Forças Armadas, da sua participação no poder político, há gente que procura o apoio das Forças Armadas para a «sua política» invocando que elas não se devem intrometer na política.

Outros pretendem fazer confundir subordinação das Forças Armadas ao poder político com subordinação à política e aos interesses de um governo que prossegue objectivos partidários e de classe e não objectivos nacionais.

Com outros, ainda, pode-se correr o risco de se submeterem, nas suas decisões políticas, a pressões vindas de sectores das Forças Armadas. E outros casos, derivados da ambiguidade institucional, se poderiam considerar.

No texto inicial da Constituição de 1976 era imposta às Forças Armadas, como missão, entre outras, a garantia do regular funcionamento das instituições democráticas e do cumprimento da Constituição. Esta missão foi suprimida pela Lei da Revisão Constitucional cujo texto, no que respeita às Forças Armadas, é, deliberadamente, pouco claro, vago, para abrir as portas às tentativas da sua instrumentalização por parte dos governos (ver, por exemplo, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e o projecto de Lei de Segurança Interna, actualmente na Assembleia da República, para discussão na especialidade).

As Forças Armadas devem ser, rigorosamente, apartidárias, o que não significa que devam ser apolíticas (aliás, nem o poderiam ser, pela sua própria essência).

Elas devem ter, necessariamente, uma política a qual deverá ser, no domínio interno, a da garantia do cumprimento da Constituição e do funcionamento das instituições democráticas.

Mas a Constituição não é um texto neutro. Não há nenhuma constituição no mundo que seja uma lei neutra. Todas têm um conteúdo ideológico, de classe, mais ou menos aparente, certamente, mas pelo próprio facto de ser a Lei Fundamental, a Constituição, que é expressão das relações de força numa dada sociedade, tem necessariamente um conteúdo ideológico.

Ora, a nossa, mesmo depois da revisão de 1982 continua a ter um conteúdo ideológico que, objectivamente, numa sociedade dividida em classes com diferentes interesses e até interesses antagónicos entre algumas delas, é o mais amplo que se

pode obter: o seu conteúdo político, económico, cultural, ideológico é anti-monopolista, anti-latifundista e imbuído do espírito de independência nacional e de paz.

Mesmo depois da revisão de 1982 a Constituição continua a ser um projecto nacional de desenvolvimento político, sócio-económico e cultural que interessa às mais vastas camadas da população portuguesa. É uma ampla plataforma de entendimento entre as classes e camadas sociais que constituem a quase totalidade da população do país.

É uma plataforma de entendimento para a aliança atrás referida como indispensável para o futuro da nossa Pátria.

Por outro lado, a composição social das nossas Forças Armadas corresponde na sua quase totalidade a essas mesmas classes e camadas sociais de cujos interesses a Constituição é expressão objectiva (isto é, quer estas classes e camadas sociais tenham ou não tenham consciência desse facto).

Há, pois, compatibilidade social entre a Constituição e a composição das Forças Armadas, o que é uma condição *sine qua non* para a realização da aliança patriótica a que nos temos referido, e cuja necessidade resulta, realmente, da nossa própria experiência após o 25 de Abril, se desejamos de facto que o país marche para o progresso económico-social, para a libertação do nosso povo, garantindo, do mesmo passo, a soberania e a independência nacionais.

Pelas razões já apontadas atrás apesar de não estar, hoje, consagrado na Constituição com transparência, continuará a ser, inevitavelmente, muito importante o papel das Forças Armadas no nosso sistema político.

Não se trata, contudo, como se procurou demonstrar, de pretender um estatuto de autonomia política para as Forças Armadas, no seio da sociedade portuguesa, mas de reconhecer que as Forças Armadas são, indiscutivelmente, parte integrante do sistema político.

Reconhecido isto, é minha convicção que as Forças Armadas devem assumir o dever patriótico de perfilhar uma posição rigorosamente institucional, de garante do regime democrático constitucional e do funcionamento das suas instituições, não permitindo às Forças Armadas a instrumentalização de si próprias quer pelos governos, quer pelos partidos políticos ou quaisquer grupos de pressão, quer por elementos da sua própria hierarquia.